

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garanhuns
Estado de Pernambuco



Prestação de Contas 2021

ANEXO XVIII

ITEM 32 DO ANEXO X da RESOLUÇÃO TC nº 153/2021

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

			EXERCÍCIO DE 2021
Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TCE nº 18100319-3 Obedecer ao parâmetro mínimo de prudência estabelecido pelo art. 40, caput, da Constituição Federal, quando da definição da taxa de juros a ser adotada para a avaliação atuarial, devendo-se observar a nova regulamentação estabelecida pela Portaria MF nº 464/2018.	Julgado	A avaliação atuarial já está em consonância com o recomendado.	
Processo TCE nº 18100319-3 Realizar o necessário estudo de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal do plano de amortização apresentado pelo atuário antes de adotá-lo por meio de diploma legal específico e, em caso de inviabilidade, providenciar estudo técnico-atuarial para instruir decisão acerca da adoção de segregação de massas, obedecendo ao art. 40, caput, da Constituição Federal e observando a nova regulamentação estabelecida pela Portaria MF nº 464/2018.	Julgado	Na avaliação atuarial do exercício de 2021 foi realizado o estudo de viabilidade orçamentária, financeira e fiscal do plano de amortização nos termos da recomendação.	
Processo TCE nº 18100319-3 Realizar a regularização do pagamento dos aportes financeiros constituídos pela	Julgado	O exercício de 2021 não há pendência de pagamento de aporte.	



Lei Municipal no nº 3.828/2013 que incidem sobre a totalidade dos benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Próprio.			
Processo TCE nº 18100319-3 Realizar o devido registro das reservas matemáticas em consonância com o procedimento adotado a partir do MCASP 2014, comunicando à contabilidade municipal acerca do montante a ser registrado no passivo não circulante.	Julgado	A contabilidade já vem adotando o registro das reservas matemáticas nos termos determinado.	
Processo TCE nº 18100319-3 Providenciar o funcionamento regular dos colegiados do Regime Próprio, registrando em atas as suas reuniões, promovendo a capacitação de seus membros e realizando a convocação formal para as reuniões.	Julgado	Os colegiados funcionam de forma regular.	
Processo TCE nº 18100319-3 Providenciar a segregação da folha de pagamento dos servidores ativos, para que se identifique os segurados do RPPS, conforme Orientação Normativa MPS nº 02/2009.	Julgado	Já havia sido implantado a segregação da folha de pagamento dos servidores ativos. Atualmente, todos os aposentados e pensionistas recebem pelo RPPS.	
Processo TCE nº 18100319-3 Realizar o registro adequado dos investimentos do RPPS, de acordo com as normas contábeis vigentes e observando a nova regulamentação da Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 14.	Julgado	A contabilidade realizou o registro adequado dos investimentos do RPPS.	
Processo TCE nº 18100319-3 Recolher integral e tempestivamente as contribuições previdenciárias a fim de não incorrer no pagamento indevido de encargos financeiros.	Julgado	Há regularidade neste quesito.	